

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64305.033801/2024-95

2. Descrição da necessidade

- 1. Portaria Interministerial Nr 01/MI/MD, de 25 de julho de 2012, alterada pela Portaria Interministerial Nr 02 /MI/MD, de 27.03.2015.
- 2. Conforme DIEx N° N° 29-DC.SC/DC/EROCP EB: 64305.034403/2024-96, de 02 de outubro de 2024 da Divisão de Controle do Escritório Regional da Operação Carro-pipa da 10ª RM, anexado a este estudo.
- 3. Essa temática está implícita não só na atividade **emergencial**, mas no decreto emergencial dos municípios, no tempo de duração que a atividade está sendo realizada, a mais de 26 anos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Controle	Pedro Souza Holanda

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme previsto no Projeto Básico Anexo "A" do Edital de Credenciamento.

5. Outros instrumentos de planejamento

- 1) Cartilha da OCP (OS nº 5-ENOCp-DivCt/ENOCp, de 28 JUL 23).
- 2) **Procedimentos para credenciamento e sorteio para contratação de pipeiros no contexto da operação carro-pipa para o período compreendido entre 01 MAR 2025 à 28 FEV 2027 - OS - Esc Reg Op C Pipa / CMDO I0a RM.**
- 3) Ação ininterrupta da Divisão de Controle (Div Ct) do ER da 10ª RM.
- 4) Sistema de Gestão, Controle e Distribuição de Água (GCDA – acesso ao sítio eletrônico na intranet em: <http://gcda.5cta.eb.mil.br>)

5) GPipaBrasil (acesso ao sítio eletrônico na internet em: <https://site.gpipabrasil.com.br/>).

6. Levantamento de Mercado

Baseia-se na Portaria Interministerial Nr 01/MI/MD, de 25 de julho de 2012, alterada pela Portaria Interministerial nº 2, de 27.03.2015, que estabelece a cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Defesa, para realização de ações de apoio às atividades de distribuição de água potável às populações atingidas por estiagem na região do semiárido nordestino. Com 982.563 km², o semiárido nordestino, distribuído em 09 (nove) Estados da Federação, é apoiado pelo Comando Militar do Nordeste, ficando sob encargo do Comando da 10ª Região Militar 110 (cento e dez) municípios do Estado do Ceará, com aproximadamente 7.379 (sete mil trezentos e setenta e nove) pontos de abastecimento, atendendo cerca de 200.000 (duzentas mil) pessoas.

Cabe ressaltar que:

- a. Os locais de abastecimento estão localizados em sua totalidade no interior do Estado, com difícil acesso, como grotões e serras. As vias de acesso são compostas de estradas de cobertura asfáltica e, na maioria, de terra batida e pedregosa, que exige bom conhecimento da malha viária de cada localidade por parte do executante, bem como experiência no tráfego dessas regiões. Tais aspectos geram a necessidade de atender cada localidade por prestadores de serviço locais e conhecedores da malha rodoviária local.
- b. A pouca escolaridade dos prestadores de serviço que já atuam na OCP e a dificuldade em organizar a documentação para habilitação pelos mesmos, torna necessário a contratação direta, pois a abertura de procedimento licitatório à luz do princípio da ampla competitividade pode trazer interessados de todo o país, porém desconhecedores das peculiaridades de cada localidade e da malha viária dos municípios.
- c. Outro fator é a descentralização das atividades pela enorme área em questão (110 municípios), que exige atuação descentralizada. A modalidade *credenciamento por inexigibilidade* permite que, a cada prestação de serviço, seja realizada a devida comprovação, mediante assinaturas dos beneficiários (apontadores) ou por intermédio do Sistema de Monitoramento da Logística de Entrega de Água por Carros-Pipa (GPIPA), via sinal de telefonia celular/GSM.
- d. Mesmo assim, o credenciamento é aberto com a publicação do Edital e mantido durante toda a vigência deste. Todos podem ser credenciados a qualquer tempo e a escolha para firmar a assinatura como prestador de serviço é dada por meio de sorteio. O sorteio é público e qualquer pessoa pode participar para assistir sua execução. São sorteados lotes para a participação e dada a impessoalidade e publicação necessária por meio de uma Ata (testemunhada) e publicação em Aditamento ao boletim da 10ª RM. Esses documentos fazem parte do processo de inexigibilidade que será, após autorização e ratificação de autoridade, publicado em Diário Oficial da União (DOU).

7. Descrição da solução como um todo

A Operação Pipa para o Exército Brasileiro não é um projeto é uma operação emergencial que dura mais de 26 anos, que produz, em média, atendimento efetivo a população do sertão nordestino. O objeto da licitação é uma parte desta solução, pois atende 110 (cento e dez) municípios do Estado do Ceará, com aproximadamente 7.379 (sete mil trezentos e setenta e nove) pontos de abastecimento, atendendo cerca de 200.000 (duzentas mil) pessoas. A meta do licitante é de atender 100% do seu plano de trabalho, justificando aquilo que por ventura não puder ser atendido, quando não, sob pena de sofrer as sanções previstas no Edital de Credenciamento.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Não há como fixar a quantidade exata, pois a Operação Pipa é dinâmica e existem as Variáveis que afetam todo o processo. O documento com a estimativa de gastos será anexado na página eletrônica da 10ª RM onde faz uma estimativa bastante adequada que já foi ratificada pelo comportamento histórico e pela prática em comparação com a realidade.

De acordo com o DIEx N° N° 29-DC.SC/DC/EROCP EB: 64305.034403/2024-96, de 02 de outubro de 2024 da Divisão de Controle do Escritório Regional da Operação Carro-pipa da 10ª RM serão retiradas as estimativas de necessidades, onde na planilha, em anexo ao DIEx citado anteriormente, consta a memória de cálculo de execução do ano anterior.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 72.427.653,87

Nessa fase do planejamento avulta de importância a utilização dos sistemas de Tecnologia da Informação. A utilização do GCDA como mecanismo de planejamento de rotas e lotes de acordo com a capacidade volumétrica de cada Caminhão Pipa. Mesmo assim, as fórmulas de cálculo são disponibilizadas no Projeto Básico e no Edital de Credenciamento.

Não há como definir um único fornecedor de referência, pois as Variáveis Pipa impactam os preços e se houver qualquer tipo de interferência pode gerar desequilíbrio econômico financeiro. A realidade é diversa para uma área que envolve municípios diferentes em situações difusas. Desta forma, a utilização da fórmula apresentada no modelo de Edital de Credenciamento e Projeto Básico aprovados pela AGU e disponibilizados em site do órgão, de valores históricos e a simulação do valor do objeto utilizando os sistemas de TI existentes, tem encontrado razão de forma satisfatória. Além disso, há por parte do MIDR e CMNE fixação de teto para pagamento de entrega de água (hoje na casa de R\$ 27.000,00/mês). Tudo de forma a proteger o interesse público em questão.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

É viável o parcelamento da solução aos moldes aplicados na OCP por mais de 26 anos. Primeiro, porque se a licitação não fosse realizada separadamente para fornecimento de serviços de entrega de água, as empresas no mercado **não** teriam, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação. Segundo a contratação múltipla por credenciamento, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para consecução do objeto certo e determinado no tempo.

Toma-se como exemplo a execução de obras, diversamente do que ocorre na espécie, em que se busca a contratação de serviços que rotineiramente farão parte do somatório total de entregas. É nesse sentido a Súmula 247 do TCU: é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. O § 2º do art. 6º da Instrução Normativa nº 02/08 (serviços continuados ou não) determina que o **objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato, exclusivamente como prestação de serviços**, sendo vedada a utilização da contratação de serviços para a contratação de mão de obra, conforme dispõe o art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil.

No caso em questão, o objeto é a entrega de água atribuídas a cada Escritório Regional ou Avançado. Depreende-se do exposto que a contratação múltipla por credenciamento se mostra mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo. No presente caso, o parcelamento do objeto, por si só, resgata a competitividade do certame, pois existem inúmeras empresas no mercado especializadas, que não atenderiam certas localidades do Sertão Nordeste. As VP, já mencionadas no presente Estudo Técnico Preliminar, impactariam a viabilidade econômica de execução das empresas em determinadas áreas, as quais teriam condições de executar rotas ou lotes isoladamente, mas não teriam capacidade de atender ao todo, o que levaria a riscos de comprometimento da qualidade dos serviços, diferente do que já é executado continuamente por diversos anos. Cabe ressaltar, no entanto, que, com o parcelamento, as exigências de habilitação não afetam o futuro licitante de forma desigual, que, devem se adequar proporcionalmente às parcelas licitadas de forma homogeneia. O que se reflete para todos os envolvidos. Por fim, fica evidenciado, portanto, que a realização da contratação nos moldes do Edital de Credenciamento **não restringe** a participação direta de empresas de pequeno porte ou grande, e até mesmo de Pessoas Físicas, detentoras de habilidades específicas, as quais tem a mesma chance de executar parte do objeto, que, se contratadas, após devidamente credenciadas, sorteadas.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Serviços de aluguel de equipamentos de TI.

Serviço de SIG pelo MIDR para atender ao Sistema GPipaBrasil.

Serviço de aluguel de veículos.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O presente chamamento Público para credenciamento por inexigibilidade de licitação, para prestadores de serviço de coleta, transporte e distribuição de água no semiárido nordestino é amparado pelo “ tendo a finalidade de caput” do Art. 74 da Lei 14133/ 21, dar publicidade e manter a continuidade da Operação Carro-Pipa (OCP), cabendo ressaltar aspectos que justificam tal contratação direta.

Os locais de abastecimento estão localizados em sua totalidade no interior do Estado, com difícil acesso, como grotões e serras. As vias de acesso são compostas de estradas de cobertura asfáltica e, na maioria, de terra batida e pedregosa, que exige bom conhecimento da malha viária de cada localidade por parte do executante, bem como experiência no tráfego dessas regiões. Tais aspectos geram a necessidade de atender cada localidade por prestadores de serviço locais e conhecedores da malha rodoviária local.

A pouca escolaridade dos prestadores de serviço que já atuam na OCP e a dificuldade em organizar a documentação para habilitação pelos mesmos, torna necessário a contratação direta, pois a abertura de procedimento licitatório à luz do princípio da ampla competitividade pode trazer interessados de todo o país, porém desconhecedores das peculiaridades de cada localidade e da malha viária dos municípios.

Outro fator é a descentralização das atividades pela enorme área em questão (110 municípios), que exige atuação descentralizada. A modalidade credenciamento por inexigibilidade permite que, a cada prestação de serviço, seja realizada a devida comprovação, mediante assinaturas dos beneficiários (apontadores) ou por intermédio do Sistema de Monitoramento da Logística de Entrega de Água por Carros-Pipa (GPIPA), via sinal de telefonia celular/GSM.

Mesmo assim, o credenciamento é aberto com a publicação do Edital e mantido durante toda a vigência deste. Todos podem ser credenciados a qualquer tempo e a escolha para firmar a assinatura como prestador de serviço é dada por meio de sorteio. O sorteio é público e qualquer pessoa pode participar para assistir sua execução. São sorteados lotes para a participação e dada a impessoalidade e publicação necessária por meio de uma Ata (testemunhada) e publicação em Aditamento ao boletim da 10ª RM. Esses documentos fazem parte do processo de inexigibilidade que será, após autorização e ratificação de autoridade, publicado em Diário Oficial da União (DOU) de acordo com os prazos legais vigentes.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado pretendido é entregar água no Sertão Nordeste, na área de responsabilidade da 10ª Região Militar, dentro do prazo previsto em contrato e de acordo com o plano de trabalho distribuído aos licitantes. A economicidade e o aproveitamento de recursos humanos, materiais e

financeiros **são notórios**, pelo tempo de atuação do Exército Brasileiro na Operação como um todo, pela área abrangida, e pela permanência do Exército Brasileiro na atividade. Desta forma, os resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação da solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, efetividade, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos. Todos esses já evidenciados neste Estudo Técnico Preliminar.

14. Providências a serem Adotadas

A Equipe de Planejamento da Divisão de Controle do ER da 10ª RM encaminhará este Estudo Técnico Preliminar e o Gerenciamento de Riscos, juntamente com o Documento de Formalização da demanda, à autoridade competente e ao setor de licitações do ER da 10ª RM, antes do Projeto Básico.

O ER estabelece um prazo de fevereiro a junho para todos os preparativos. São feitas reuniões semanais para tratar do assunto com todos os interessados (Div Ct do ER da 10ª RM e Jurídico /RM). Assim dessas, são levantadas as necessidades de cada setor de forma que o Gerenciamento de Riscos, Documento Formalização da Demanda, Pesquisa de Preços e Projeto Básico estejam encaminhados pela Equipe de Planejamento da Div Ct do ER da 10ª RM até julho do ano A-1. De posse desses, o ER finaliza o Edital de Credenciamento para atuação no ano A.

Cabe lembrar que o Edital acima referenciado é feito com base em um modelo imposto pela AGU/ CJU – Pernambuco em parceria com o CMNE. A margem de alterações é mínima para atender as idiossincrasias relacionadas a área de atuação da 10ª RM, pois as VP pesam no atendimento final de todas as necessidades.

Antes de participar do Processo de Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento, a Div Ct do ER da 10ª RM envia ao setor de licitações, previamente, as informações necessárias para subsidiar os trabalhos, em especial os municípios atendidos pela Operação, a quantidade de localidades em cada município, bem como o número total de viagens (carradas) de cada município e o valor estimativo de despesas por

Por seguinte, em razão da sazonalidade da seca (VP), o processo de inexigibilidade de licitação é elaborado de forma a permitir novas inclusões de municípios ou inclusões de novas localidades em municípios já atendidos pela Operação. Entretanto, há necessidade de correlacionar essas inclusões, bem como os novos credenciamentos de prestadores de serviço, ao processo de inexigibilidade em vigor.

Para garantir a isonomia do processo e a impessoalidade, a Div Ct do ER da 10ª RM realizará os sorteios dos lotes quando a situação exigir, ou seja, quando o número de credenciados no município for superior à demanda por contratação, de forma que todos os credenciados tenham possibilidade de prestar o serviço.

Os preços equivalem ou se aproximam ao que vem sendo praticado por outros Escritórios da Operação Pipa para este tipo de serviço. Destaca-se que os preços a serem pagos pelos serviços foram fixados previamente em tabela, sem caráter de fixação de preços, conforme critérios para

cálculo do valor dos serviços executados constantes do anexo “G” do Edital, e são suficientes para comprovar a vantagem do quantum a ser pago pela Administração.

Ressalta-se que o Comando Militar do Nordeste - CMNE, na Ordem de Serviço Nr 005, de 28 JUL 23, esclarece que a elaboração do cálculo, referente ao valor dos serviços executados na distribuição de água, é atrelado a uma fórmula com diversos parâmetros. Assim, o valor praticado é preestabelecido conforme a localização do ponto de abastecimento, a distância do manancial e outras variáveis que compõem o momento de transporte, conforme Ordem de Serviço em arquivo nessa seção acima citada.

Destaca-se ainda que o Tribunal de Contas da União na Decisão Plenária 656/1995 do Processo nº TC 016.522/95-8 afirmou acerca dos requisitos que devem ser observados quando do credenciamento de empresas e profissionais do ramo, tais como:

1 - dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo também a Administração utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional – **no caso da Pipa licitantes que atendam aos requisitos necessários para o credenciamento (procedimento executado pelo ER da 10ª RM);**

2 - fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais, clínicas e laboratórios que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento – se forem atendidas as exigências contidas no Edital – **condições para credenciamento estão previstas no Edital de Credenciamento nº 01 / 2024;**

3 - **fixar, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará os diversos itens (tabela fixada, sem caráter de fixação de preços costa do Edital de Credenciamento)** de serviços médicos e laboratoriais e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados;

4 - consignar vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex.) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados - **previsto no Edital de Credenciamento da Operação Carro-pipa;**

5 - estabelecer as hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados- **previsto no Edital de Credenciamento da Operação Carro-pipa;**

6 - permitir o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas- **condição exigida durante a vigência do Edital de Credenciamento da Operação Carro-pipa;**

7 - prever a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo – **mantida e operacionalizada na identificação do caminhão;**

8 - possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento – **realizada antes e depois da prestação de contas;** e

9 - fixar as regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento (como p. ex. proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco). **(grifos nossos)**

Assim, em consonância com o entendimento do TCU, os critérios para cálculo do valor dos serviços executados, constantes do Anexo “G” do Edital, foram elaborados de forma criteriosa conforme a Ordem de Serviço Nr 005 do CMNE. Restando assim demonstrada a vantagem do *quantum* a ser pago pela Administração.

Visto todos esses, cabe ressaltar que para um município ser atendido deve ter o respectivo decreto emergencial expedido pela prefeitura e homologado pelo MIDR para que o ER da 10ªRM possa realizar a atividade de Fiscalização - ato de verificação das condições de atendimento e o atendimento dos prováveis licitantes passa pelo crivo da Comissão de Credenciamento designada pela Div Ct do ER da 10ª RM ou em uma OM de apoio.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

a. produtos de limpeza e conservação

Os Carros-Pipas são atestados e saneados conforme as normas vigentes e cobradas no Edital de Credenciamento.

b. mitigação para evitar o desperdício de água tratada,

Os carros-pipas são avaliados para poderem ser credenciados para a operação. Essa avaliação técnica inclui a inibição a prováveis desperdícios.

c. ruído no funcionamento de equipamentos de limpeza;

Não é o caso da Operação carro-Pipa.

d. os equipamentos de segurança necessários, para a execução de serviços;

Os prestadores de serviço devem utilizar equipamentos de segurança compatíveis com a sua atividade.

e. treinamento de empregados

Otimização pode ser implantada por meio de ação com as prefeituras e fiscalização governamental. O ER da 10ª RM não tem gerência sobre a atividade dos municípios e dos estados, sendo um executor de atividades previstas na Portaria Interministerial Nr 01/MI/MD, de 25 de julho de 2012, alterada pela Portaria Interministerial nº 2, de 27.03.2015 da OS nº 5-ENOC-P-DivCt/ENOC-P, de 28 JUL 23.

f. separação dos resíduos recicláveis descartados

Não aplicável para a realidade dos municípios em questão e para Operação como um todo.

g. Respeito a Normas Técnicas sobre resíduos sólidos

Não aplicável para a realidade dos municípios em questão e para Operação como um todo.

h. destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis,

Não aplicável para a realidade dos municípios em questão.

As atividades de sustentabilidades não podem ser realizadas de forma unilateral. Existe a necessidade que todos os processos sejam implementados de forma conjunta, pois não existem fronteiras para problemas ambientais.

Desta forma, as mínimas ações realizadas, e já existentes, na atividade de fiscalização, editalíssimas e operacionais são para garantir um padrão aceitável de salubridade. O exemplo sustentável deve partir de ações governamentais para que a execução de licitações encontre um mundo possível para exigências dentro do trinômio de sociedade, economia e ambiente.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Existe viabilidade, com sacrifício e esforço dos agentes públicos militares, pois há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente, e a despeito dos contingenciamentos realizados todos os anos, nunca houve falta de recursos que causassem solução de continuidade. Da mesma forma, no caso de contratação que possa se estender por vários exercícios, há perspectiva de provimento de recursos ao longo desses exercícios.

No aspecto da contratação de licitantes, existe a necessidade da contratação e é clara e adequadamente justificada. A contratação de licitantes para a entrega de água no Sertão Nordeste está devidamente alinhada com os objetivos estratégicos dos escalões superiores que são: OE 02. Contribuir para o desenvolvimento regional sustentável e o bem-estar social e OEO 9. Aprimorar os processos de apoio à Operação Carro-Pipa. Da mesma forma, todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, estando presentes no Edital de Credenciamento. De maneira que, as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas no anexo, que não só garantem o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, mas que procuram proteger a administração pública, traduzindo em uma análise bastante assemelhada com a do mercado e adequada, que demonstrou haver capacidade deste em

atender à necessidade da OCP. Assim, a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada com todas as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas fixas após a implantação da solução são consideradas aceitáveis. A solução de TI a contratar está devidamente operante, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atende à necessidade da contratação (GCDA e GPipaBrasil), até hoje, não descartando a possibilidade de ampliação dos sistemas, melhorias e atualizações. De toda maneira, há justificativas para o parcelamento, bem como para a forma de parcelamento, demonstrando ser a melhor maneira para atender uma área gigantesca com diferenças sazonais significativas. De toda sorte que, os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, efetividade, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a quase inexistentes impactos ambientais.

Ao longo de mais de 26 anos da OCP, os impactos esperados com a implantação e operação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis, inclusive aquelas relativas ao impacto ambiental da solução e à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato, o que requer constante evolução e aprimoramento. Os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados. Pode-se concluir que a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável e que há evidências de que a área requisitante DIEx N° 29-DC.SC/DC /EROCP EB: 64305.034403/2024-96, de 02 de outubro de 2024 da Divisão de Controle do Escritório Regional da Operação Carro-pipa da 10ª RM se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração do Estudo Técnico Preliminar) e há expectativa de que apoiará a construção do Projeto Básico e apoiará o esforço de gestão do contrato.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO SOUZA HOLANDA

Chefe da equipe de planejamento da contratação

DANIEL BOCHI BRITTES

Membro da equipe de planejamento da contratação

LEANDRO SILVA PEREIRA

Membro da equipe de planejamento da contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Diex Simplificado-29-DC.SC_DC_EROCP .pdf (94.85 KB)
- Anexo II - Anexo Diex Simplificado-29-DC.SC_DC_EROCP .pdf (561.5 KB)

Anexo I - Diex Simplificado-29-DC.SC_DC_EROCP .pdf

DIEEx Simplificado Nº 29-DC.SC/DC/EROCP
EB: 64305.034403/2024-96

Fortaleza, CE, 2 de outubro de 2024.

Do Chefe da Divisão de Controle do EROCP
Ao Sr Chefe do Escritório da Operação CARRO-PIPA

Assunto: Estimativa de preço por municípios OCP

Anexos:

1) ESTIMATIVA_DE_CUSTOS_EROCP_10RM_EDITAL 2025_26.xlsx

1. Encaminho anexo a estimativa de valores dos municípios previstos no Edital 2025/26. Informo, ainda, que constam também os municípios com situação de "FINALIZADO" e "SUSPENSO"

PEDRO SOUZA HOLANDA - Cel
Chefe da Divisão de Controle do EROCP

**"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE
OPERAÇÕES EUROPEU"**



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cel PEDRO SOUZA HOLANDA**, em 02/10/2024, às 15:21 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

G7UQ-9/Cb-REwg-0uAY

Anexo II - Anexo Diex Simplificado-29-DC.SC_DC_EROCP .pdf

Nr Ordem	Situação	Município	UF	Nº Estimado Localidades Atendidas (Anual)	Nº Estimado Carradas (Anual)	Nº Estimado Lotes (Anual)	Valor Estimado Anual (R\$)
1	FINALIZADO	ABAIARA	CE	17	204	1	90.000,00
2	EM EXECUÇÃO	ACOIARA	CE	185	4584	23	5.025.200,98
3	EM EXECUÇÃO	AIUABA	CE	245	3050	18	3.652.299,12
4	FINALIZADO	ANTONINA DO NORTE	CE	37	444	1	90.000,00
5	FINALIZADO	ARACATI	CE	22	264	1	90.000,00
6	FINALIZADO	ARACOIABA	CE	35	420	1	90.000,00
7	FINALIZADO	ARARENDA	CE	30	360	1	90.000,00
8	EM EXECUÇÃO	ARARIPE	CE	32	781	2	374.383,28
9	FINALIZADO	ARATUBA	CE	15	180	1	90.000,00
10	EM EXECUÇÃO	ARNEIROZ	CE	117	1138	10	1.739.498,38
11	FINALIZADO	ASSARÉ	CE	50	600	2	180.000,00
12	FINALIZADO	AURORA	CE	153	1836	4	360.000,00
13	FINALIZADO	BAIXIO	CE	28	336	1	90.000,00
14	FINALIZADO	BANABUIÚ	CE	29	348	1	90.000,00
15	FINALIZADO	BARREIRA	CE	7	84	1	90.000,00
16	FINALIZADO	BARRO	CE	20	240	1	90.000,00
17	FINALIZADO	BARROQUINHA	CE	5	60	1	90.000,00
18	FINALIZADO	BATURITÉ	CE	26	312	1	90.000,00
19	FINALIZADO	BEBERIBE	CE	26	312	1	90.000,00
20	FINALIZADO	BOA VIAGEM	CE	43	504	9	734.744,16
21	FINALIZADO	BREJO SANTO	CE	41	492	1	90.000,00
22	EM EXECUÇÃO	CAMPOS SALES	CE	207	3259	15	2.429.869,49
23	EM EXECUÇÃO	CANINDÉ	CE	123	2811	19	3.187.616,53
24	FINALIZADO	CAPISTRANO	CE	14	168	1	90.000,00
25	FINALIZADO	CARIDADE	CE	28	336	1	90.000,00
26	FINALIZADO	CARIRÉ	CE	21	252	1	90.000,00
27	FINALIZADO	CARIRIAÇU	CE	40	480	2	180.000,00
28	FINALIZADO	CARIÚS	CE	29	348	1	90.000,00
29	FINALIZADO	CATARINA	CE	124	1488	4	360.000,00
30	EM EXECUÇÃO	CATUNDA	CE	78	994	6	1.006.374,46
31	EM EXECUÇÃO	CAUCAIA	CE	152	4487	6	944.012,84
32	FINALIZADO	CEDRO	CE	9	108	1	90.000,00
33	FINALIZADO	CHAVAL	CE	15	180	1	90.000,00
34	EM EXECUÇÃO	CHORÓ	CE	115	1445	7	1.322.697,33
35	FINALIZADO	CRATEÚS	CE	67	413	2	144.185,54
36	FINALIZADO	CRATO	CE	19	228	1	90.000,00
37	FINALIZADO	CRUZ	CE	13	156	1	90.000,00
38	EM EXECUÇÃO	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	CE	53	1049	5	1.013.606,28
39	FINALIZADO	ERERÊ	CE	8	96	1	90.000,00
40	FINALIZADO	FÁRIAS BRITO	CE	21	252	1	90.000,00
41	FINALIZADO	GRANJEIRO	CE	11	132	1	90.000,00
42	FINALIZADO	GROAÍRAS	CE	22	264	1	90.000,00
43	FINALIZADO	GUARACIABA DO NORTE	CE	11	132	1	90.000,00
44	FINALIZADO	HIDROLÂNDIA	CE	30	360	1	90.000,00
45	FINALIZADO	IBARETAMA	CE	219	2628	6	540.000,00
46	FINALIZADO	IBICUITINGA	CE	66	792	2	180.000,00
47	FINALIZADO	ICÓ	CE	57	684	2	180.000,00
48	EM EXECUÇÃO	INDEPENDÊNCIA	CE	189	1264	6	499.814,10
49	FINALIZADO	IGUATU	CE	32	384	1	90.000,00
50	FINALIZADO	IPAUMIRIM	CE	35	420	1	90.000,00
51	FINALIZADO	IPU	CE	34	408	1	90.000,00
52	FINALIZADO	IPUEIRAS	CE	17	204	1	90.000,00
53	FINALIZADO	IRACEMA	CE	76	912	2	180.000,00
53	FINALIZADO	IRAUCUBA	CE	79	948	2	180.000,00
55	EM EXECUÇÃO	ITAPAJÉ	CE	59	1709	9	1.655.547,71
56	FINALIZADO	ITAPIUNA	CE	49	588	2	180.000,00
57	EM EXECUÇÃO	ITATIRA	CE	66	1133	10	1.587.176,27
58	EM EXECUÇÃO	JAGUARETAMA	CE	175	3012	10	1.657.394,21
59	EM EXECUÇÃO	JAGUARIBARA	CE	40	883	2	223.959,92

60	FINALIZADO	JAGUARIBE	CE	52	624	2	180.000,00
61	FINALIZADO	JARDIM	CE	61	732	2	180.000,00
62	FINALIZADO	JATI	CE	55	660	2	180.000,00
63	FINALIZADO	JJOCA DE JERICOACOARA	CE	16	192	1	90.000,00
64	FINALIZADO	JUCÁS	CE	69	828	2	180.000,00
65	FINALIZADO	LAVRAS DA MANGABEIRA	CE	26	312	1	90.000,00
66	FINALIZADO	MADALENA	CE	81	1827	14	1.744.682,19
67	FINALIZADO	MARCO	CE	37	444	1	90.000,00
68	FINALIZADO	MARTINÓPOLE	CE	4	48	1	90.000,00
69	FINALIZADO	MAURITI	CE	9	108	1	90.000,00
70	FINALIZADO	MULUNGU	CE	20	240	2	180.000,00
71	EM EXECUÇÃO	MILHÃ	CE	94	2463	11	2.135.898,91
72	FINALIZADO	MISSÃO VELHA	CE	154	1848	4	360.000,00
73	EM EXECUÇÃO	MOMBAÇA	CE	124	2079	12	1.423.335,15
74	FINALIZADO	MONSENHOR TABOSA	CE	124	1488	4	360.000,00
75	FINALIZADO	MORADA NOVA	CE	133	2990	9	1.174.533,20
76	FINALIZADO	NOVA OLINDA	CE	20	240	1	90.000,00
77	FINALIZADO	NOVA RUSSAS	CE	34	408	3	270.000,00
78	FINALIZADO	NOVO ORIENTE	CE	50	600	2	180.000,00
79	FINALIZADO	OCARA	CE	17	204	2	180.000,00
80	FINALIZADO	ORÓS	CE	43	516	2	180.000,00
81	FINALIZADO	PALMÁCIA	CE	11	132	2	180.000,00
82	EM EXECUÇÃO	PARAMBU	CE	451	10215	33	5.867.837,12
83	EM EXECUÇÃO	PARAMOTI	CE	48	1244	6	1.325.865,68
84	EM EXECUÇÃO	PEDRA BRANCA	CE	101	1439	8	858.097,64
85	FINALIZADO	PENAFORTE	CE	22	264	2	180.000,00
86	FINALIZADO	PEREIRO	CE	33	636	5	492.685,92
87	FINALIZADO	PIQUET CARNEIRO	CE	26	312	2	180.000,00
88	FINALIZADO	PIRES FERREIRA	CE	20	240	2	180.000,00
89	FINALIZADO	PORTEIRAS	CE	40	480	4	360.000,00
90	FINALIZADO	POTENGI	CE	37	444	4	360.000,00
91	FINALIZADO	POTIRETAMA	CE	58	696	4	360.000,00
92	SUSPENSO	QUITERIANÓPOLIS	CE	15	1248	3	360.000,00
93	EM EXECUÇÃO	QUIXADÁ	CE	89	3213	10	1.926.220,39
94	FINALIZADO	QUIXELÔ	CE	54	648	2	180.000,00
95	EM EXECUÇÃO	QUIXERAMOBIM	CE	59	1416	6	836.467,41
96	FINALIZADO	REDENÇÃO	CE	21	252	1	90.000,00
97	FINALIZADO	RERIUTABA	CE	53	636	2	180.000,00
98	FINALIZADO	SABOEIRO	CE	43	516	2	180.000,00
99	EM EXECUÇÃO	SALITRE	CE	278	5887	17	2.677.174,36
100	FINALIZADO	SANTA QUITÉRIA	CE	128	1536	4	360.000,00
101	FINALIZADO	SANTANA DO CARIRI	CE	51	612	2	180.000,00
102	FINALIZADO	SENADOR POMPEU	CE	14	168	1	90.000,00
103	EM EXECUÇÃO	SOLONÓPOLE	CE	127	1569	9	1.427.732,80
104	FINALIZADO	TAMBORIL	CE	10	120	1	90.000,00
105	FINALIZADO	TARRAFAS	CE	23	276	1	90.000,00
106	EM EXECUÇÃO	TAUÁ	CE	521	8785	55	10.018.742,50
107	FINALIZADO	UMARI	CE	45	540	5	450.000,00
108	FINALIZADO	URUOCA	CE	48	576	2	180.000,00
109	FINALIZADO	VARJOTA	CE	27	324	2	180.000,00
110	FINALIZADO	VÁRZEA ALEGRE	CE	154	1848	6	540.000,00
TOTAL				7379	117079	501	72.427.653,87

LEGENDA		TOTAL
EM EXECUÇÃO		25
SUSPENSO		1
FINALIZADO		84